Bolsas
Na sexta-feira
2,97% São Paulo
0,29% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
170.020 — 177.866
7/7 8/7 9/7 10/7

Dólar
Na sexta-feira
R$ 5,108
(- 0,28%)

Últimos	
6/julho	5,132
7/julho	5,153
8/julho	5,148
9/julho	5,123

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 5,832

CDI
Ao ano
14,15%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,11%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88
Abril/2026	0,67
Maio/2026	0,58
junho/2026	0,16

REGULAMENTAÇÃO

Bets apoiam regras para publicidade

Limitações anunciadas pelo governo na semana passada foram bem recebidas por plataformas e especialistas em vício

» PEDRO JOSÉ*

As novas regras do Ministério da Fazenda para a publicidade das plataformas de apostas esportivas on-line, conhecidas como bets, foram recebidas de forma positiva por representantes do setor. Para eles, as medidas reforçam as exigências para a comunicação das empresas, ampliam a proteção ao consumidor e responsabilizam operadores e influenciadores por eventuais irregularidades nas campanhas.

A publicação da portaria interministerial nº 73, na sexta-feira, oficializou uma ação conjunta inédita entre o Ministério da Fazenda, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para regulamentar a publicidade, a comunicação e a oferta de apostas de quota fixa. As novas diretrizes reforçam as exigências para a comunicação das empresas, ampliam a proteção ao consumidor e criam uma rede integrada de fiscalização que envolve diretamente a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA/MF), a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon/MJSP) e a Secretaria Nacional de Direitos Digitais (SNDD/MJSP).

Entre as principais mudanças está a obrigatoriedade da inclusão de alertas em todas as peças publicitárias. As propagandas deverão informar, de forma clara, mensagens como "apostar faz você perder dinheiro", "apostar pode causar dependência" e "apostar não é investimento", em modelo semelhante ao adotado nas campanhas de cigarros e bebidas alcoólicas.

Além disso, as empresas ficam proibidas de utilizar estratégias que criem senso de urgência para estimular apostas, apresentem a atividade como forma de investimento ou solução financeira, utilizem ganhos anteriores como incentivo para novos jogos ou induzam o consumidor ao erro. Caso influenciadores contratados descumpram essas regras, as próprias plataformas poderão ser punidas, e o conteúdo irregular deverá ser retirado do ar.

Para o consultor jurídico da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e sócio do escritório Betlaw Bernardo Cavalcanti Freire, especializado no setor, as novas determinações representam um processo natural de amadurecimento da regulamentação.

"As medidas dão continuidade à autorregulação do setor, o que envolve a própria aprendizagem em torno da melhor forma de publicidade responsável. Esta é a tendência para os próximos meses: o aperfeiçoamento da publicidade, a partir de um viés de demonstração clara sobre o que é o setor, ou seja, evidenciando que a aposta é entretenimento, e não um mecanismo de lucro", afirma.

A portaria prevê que as infrações serão apuradas de forma autônoma e independente tanto pela Senacon (no âmbito do direito do consumidor) quanto pela SPA (na forma da Lei das Bets). Além das penalidades financeiras tradicionais, a aplicação definitiva das sanções poderá ensejar a instauração de procedimento administrativo pela Secom para suspender ou cancelar o cadastro do infrator no Cadastro Nacional de Agentes de Veiculação de Publicidade (Midiacad), gerando restrições de mercado severas para os envolvidos.

Na avaliação de Daniel Fortune, criador de conteúdo digital voltado à conscientização sobre apostas, o endurecimento das regras contribui para consolidar um ambiente mais seguro para os consumidores. "As novas medidas representam um passo importante para amadurecer o mercado de apostas no Brasil. Regras mais rígidas para a publicidade e maior responsabilização de plataformas e influenciadores ajudam a coibir práticas que criam expectativas irreais sobre os jogos. Quem já atua de forma responsável vê essa regulamentação com bons olhos, porque ela fortalece o mercado legal, dificulta a atuação de operadores irregulares e coloca a proteção do apostador no centro da comunicação. O jogo deve ser apresentado como entretenimento, nunca como uma promessa de ganho ou solução financeira", destaca.

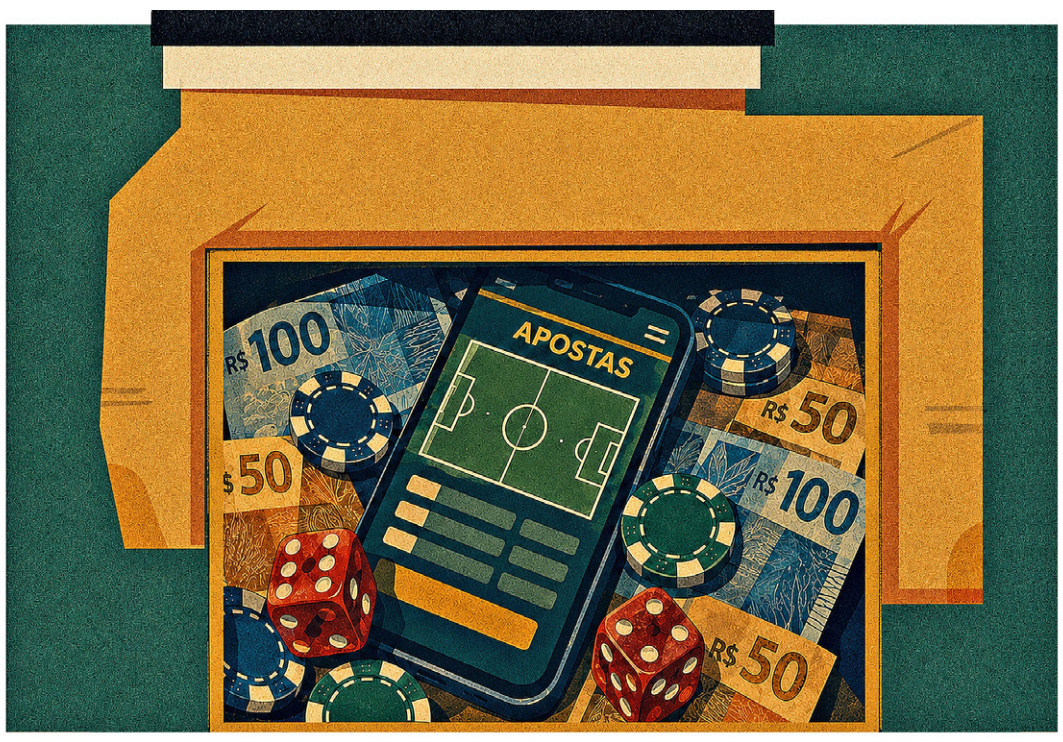
> **Mensagens que estimulam urgência ou associam apostas à segurança financeira podem distorcer a percepção do consumidor"**
>
> ***Cristiano Costa, psicólogo da Ebac***

O psicólogo da Empresa Brasileira de Apoio ao Compulsivo (Ebac) Cristiano Costa, por sua vez, afirma que as novas normas reforçam o papel educativo da publicidade dentro do mercado regulado. "A publicidade deve informar, e não criar expectativas irreais. Mensagens que estimulam urgência ou associam apostas à segurança financeira podem distorcer a percepção do consumidor. Ao estabelecer limites para esse tipo de comunicação, a regulamentação contribui para uma relação mais consciente entre o apostador e a atividade, preservando o caráter recreativo das apostas", avalia.

Ação contra o vício

Paralelamente ao endurecimento das regras para a publicidade das apostas on-line, o governo federal também tem ampliado as ações voltadas ao atendimento de pessoas afetadas pelo vício em jogos. As apostas esportivas e os jogos de azar deixaram de ser apenas um tema econômico e passaram a representar um desafio para a saúde pública, levando o Sistema Único de Saúde (SUS) a reforçar a rede de assistência especializada, e o Congresso Nacional a discutir propostas para reduzir os impactos da atividade.

Entre as medidas está a ampliação da oferta de consultas presenciais e de teleatendimento com psicólogos e psiquiatras especializados no tratamento da compulsão por apostas. A iniciativa busca garantir mais privacidade aos pacientes, ampliar o acesso ao acompanhamento e facilitar o atendimento de quem precisa de suporte especializado.



Outra frente de atuação é a Plataforma Centralizada de Autoexclusão, desenvolvida em parceria entre os Ministérios da Saúde e da Fazenda. A ferramenta permitirá que qualquer cidadão bloqueie voluntariamente o próprio CPF para impedir o acesso a plataformas de apostas e deixar de receber publicidade desse tipo de serviço.

O Governo Federal também criou o Observatório Saúde Brasil, sistema destinado a reunir dados qualificados sobre os impactos das apostas, identificar comportamentos de risco relacionados à compulsão e ao endividamento e fornecer informações que auxiliem as equipes do SUS no atendimento às pessoas afetadas.

Os representantes das casas de aposta acreditam que o desafio, agora, é combinar regras claras com fiscalização eficiente para fortalecer o mercado legal. Para o COO e Partner da Start Bet, Diego Bittencourt, o objetivo do governo não é impedir a comunicação das empresas que cumprem as regras, mas estabelecer critérios claros, fiscalização efetiva e mecanismos que fortaleçam o jogo responsável e a proteção do consumidor.

"Medidas amplas de proibição podem acabar reduzindo o espaço dos operadores regulados e abrindo caminho para quem atua à margem da legislação, o que vai na contramão do objetivo de tornar o setor mais seguro", afirma.

Na mesma linha, o Country Manager da Brazino777 no Brasil, André Medeiros, defende que a publicidade também exerce um papel importante na identificação das empresas autorizadas a operar no país.

"A publicidade responsável cumpre um papel importante dentro do mercado regulado, porque permite que o consumidor identifique quais plataformas são autorizadas a operar no Brasil e seguem todas as exigências da legislação. Eventuais restrições à comunicação das empresas legalizadas tendem a reduzir essa diferenciação e abrir mais espaço para operadores irregulares, que não oferecem as mesmas garantias de segurança, jogo responsável e proteção ao usuário. O fortalecimento da fiscalização e o combate às plataformas ilegais são caminhos mais efetivos", conclui.

***Estagiário sob a supervisão de Victor Correia**

Mudanças:

O que fica proibido:
» Divulgar bets ilegais
» Prometer dinheiro fácil ou investimento
» Incentivar urgência
» Mostrar ganhos ou prêmios em dinheiro
» Informações falsas ou enganosas
» Publicidade para crianças e adolescentes

O que será obrigatório:
» Verificar se a empresa possui autorização do Ministério da Fazenda
» Informar razão social, CNPJ e número da autorização
» Jogo responsável e transparência

Fontes: MF/Secom/MJSP

PO NEWS
Boletim informativo das Organizações PaulOOctavio
Informe publicitário
EDIÇÃO Nº 1061 | ANO 51
12 DE JULHO DE 2026 | BRASÍLIA/DF

JK SHOPPING
EMPREENDIMENTO AMPLIA MIX E CONFIRMA CHEGADA DE MEGALOJA DA TESOURA DE OURO

O JK Shopping acaba de dar mais um importante passo em sua estratégia de expansão. Na quinta-feira (9), foi assinado o contrato para a instalação de uma megaloja da tradicional rede Tesoura de Ouro, em cerimônia que contou com a presença do empresário Paulo Octávio, CEO das Organizações PaulOOctavio, e do proprietário da marca, Juraci de Carvalho. A nova operação ocupará uma área superior a 800 metros quadrados e terá um conceito moderno, oferecendo mais conforto e comodidade aos clientes.

Com inauguração prevista para novembro, a nova loja chegará em um momento estratégico para o comércio, às vésperas das festas de fim de ano. A operação reforça o compromisso do JK Shopping de ampliar continuamente seu mix de lojas, atraindo marcas de relevância e proporcionando uma experiência de compra cada vez mais completa para os consumidores.

A chegada da Tesoura de Ouro consolida o posicionamento do JK Shopping como a principal referência em compras, serviços, gastronomia e lazer da região. Além de fortalecer o portfólio do empreendimento, o investimento deve impulsionar a geração de empregos, ampliar a oferta de produtos aos clientes e contribuir para o desenvolvimento do complexo comercial administrado pela PO Shoppings.

www.paulooctavio.com.br